



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 24/2018

DIA:	13 DE ABRIL DE 2018 (sexta-feira)
HORA:	10:30 horas (Tolerância de 5 minutos)
LOCAL:	Sede da Prefeitura Municipal de Guapimirim/RJ
ENDEREÇO:	Av. Dedo de Deus, nº 1161– Bairro – Centro – Guapimirim-RJ
INFORMAÇÕES:	Fone: 0 xx (21) 2632 1108 (Dias úteis, das 10:00 às 16:00 horas)
PROCESSO:	Nº 12120/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIMIRIM/RJ**, através do PREGOEIRO designado pela Portaria nº 1831 de 02/01/2018 e 1887 de 20/02/2018, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicado com obediência ao disposto na Lei n. **10.520**, de 18.07.02 e no Decreto n. 753/2007, e, subsidiariamente, às Leis 8.078/90 (CDC), n. 8.666/93, n. 9.784/99 e suas alterações e demais legislação complementar, fará realizar Licitação na modalidade **PREGÃO**, do tipo "**MENOR PREÇO POR ÍTEM**", pelo **SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS** destinada à contratação do objeto de que trata o Anexo I do presente Edital.

1. DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CESTOS DE COLETA DE LIXO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS** de acordo com as especificações constantes do Anexo I (Especificações do Objeto).

1.2 Constituem os Anexos do presente edital:

- a) Anexo I : Proposta de Preços
- b) Anexo II : Termo de Referência
- c) Anexo III : Modelo de Declaração referente ao Art. 7º, XXXIII, CF/88;
- d) Anexo IV : Modelo de Carta de Credenciamento;
- e) Anexo V : Declaração de Fatos Impeditivos para Habilitação;
- f) Anexo VI : Modelo de Declaração de que a Proponente cumpre os requisitos de habilitação;
- g) Anexo VII : Minuta de Contrato.
- h) Anexo VIII : Declaração de Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte; i
- i) Anexo IX : Ata de Registro de Preços.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

15.452.0004.2.032 ED 339030

- **VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R\$ 582.595,50 (Quinhentos e oitenta e dois mil, quinhentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos)**
- ***Os Anexos III, IV, V, VI e VIII supracitados, devendo os mesmos somente ser assinados, por um dos sócios da empresa, restando motivo de inabilitação, desclassificação ou não credenciamento caso não seja observada a formalidade.**

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO .

3.1 Poderão participar deste Pregão quaisquer **licitantes** que:

- a) detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste **Pregão**;
- b) atendam os requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste **edital**; e
- c) declarem possuir os documentos de habilitação requeridos no **Item 8 – DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**, através do **Modelo de Declaração de que a Proponente cumpre os requisitos de habilitação (Anexo VI)**, que deverá apresentada juntamente com o credenciamento, fora dos envelopes, e anexado ao envelope “Proposta”. (Declaração obrigatória, sem a qual a Empresa não será credenciada.)

3.2 Não poderão concorrer neste **Pregão**:

- a) empresas que estejam em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou liquidação;
- b) consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- c) empresas estrangeiras que não funcionem no país;
- d) empresas que tenham sido suspensas do direito de licitar por ato desta Administração ou que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública.
- e) Empresas que possuam entre seus sócios servidor da Prefeitura Municipal de Guapimirim /RJ.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1 No dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste **edital**, o representante legal da **licitante** deverá apresentar-se ao **Pregoeiro** para efetuar o seu credenciamento como participante deste **Pregão**, munido da carteira de identidade, ou de qualquer outro documento oficial de identificação (com foto), e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a reunião de abertura dos envelopes de “**Proposta de Preços**” e de “**Documentação**” relativos a este **Pregão**.

4.1.1 Uma vez dado início ao credenciamento no horário previsto no preâmbulo deste **Edital**, não serão mais aceitos novos participantes no certame.

4.1.2 Somente poderá participar da **fase de lances verbais** o representante legal da **licitante** devidamente credenciado.

4.2 Consideram-se como representante legal qualquer pessoa habilitada pela **licitante**, mediante **estatuto/contrato social (ACOMPANHADO DE RG E CPF DO SÓCIO)**, e instrumento público ou particular de **procuração com firma**

reconhecida em cartório, que comprove os necessários poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame em nome do proponente, ou **Carta de Credenciamento**. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do estatuto ou contrato social, ou instrumento específico no qual estejam expressos seus poderes para exercer e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, ou documento equivalente.

4.3 Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

4.2.1 Entende-se por documento credencial:

- a) estatuto/contrato social, (ACOMPANHADO DE RG E CPF DO SÓCIO)** quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemelhada da empresa **licitante**, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) procuração ou documento equivalente da licitante** com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste **Pregão**.
- c) Carta de credenciamento** segundo o modelo constante do Anexo IV deste Edital, devidamente preenchido, acompanhada da apresentação dos documentos de identidade do credenciado com foto (original ou cópia autenticada) e Estatuto ou Contrato Social (originais ou cópia autenticada) para verificação pelo Pregoeiro

Observação: O instrumento previsto na alínea "a" (**estatuto/contrato social juntamente com RG e CPF do sócio**) deverá acompanhar a Carta de Credenciamento (Anexo IV) ou o instrumento previsto na alínea "b" (**procuração ou documento equivalente da licitante**).

4.2.2 O documento credencial deverá dar plenos poderes ao credenciado para formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para praticar em nome da licitante todos os atos pertinentes a este Pregão.

4.2.3 Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante.

4.2.4 O representante legal da licitante que não se credenciar perante o Pregoeiro ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes "Proposta de Preços" ou "Documentação" relativos a este Pregão.
SOMENTE SERÁ APROVEITADA A SUA PROPOSTA ESCRITA.

4.3. Os documentos referidos nas alíneas "a" e "b" do item 4.2.1, deverão ser apresentados em separado dos envelopes referidos no item 5, durante o ato específico para o credenciamento e/ou representação, e em forma de cópias autenticadas ou acompanhadas dos originais, estes para fins de conferência, sendo que as primeiras farão, posteriormente, parte dos autos, ainda, os mesmos documentos acima mencionados deverão ser acompanhado do Anexo VI (modelo de declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação), bem como, do contrato social no caso do documento referente alínea "b" e documento do credenciado ou sócio da empresa.

4.3.1 Quaisquer documentos apresentados em forma de cópias reprográficas deverão estar devidamente autenticadas, ou acompanhadas do originais para sua autenticação.

4.4 – MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

4.4.1 – As microempresas e empresas de pequeno porte, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 deverão apresentar, **fora dos envelopes e juntamente com o**

credenciamento, declaração de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no §4º do art. 3º da referida Lei. (ANEXO VIII).

5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1 A “PROPOSTA DE PREÇOS” e os “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO” deverão ser apresentados no dia, hora e local designados para a realização do Pregão, quando assim solicitados pelo Pregoeiro, acondicionados em envelopes separados e lacrados, identificados com os seguintes elementos:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS	ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIMIRIM/RJ PREGÃO SRP Nº 24/2018 Data e hora da abertura. Razão Social e CNPJ. Endereço completo do licitante.	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIMIRIM/RJ. PREGÃO SRP Nº 24/2018 Data e hora da abertura. Razão Social e CNPJ. Endereço completo do licitante.

6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 A proposta de preços será apresentada com assinatura do proponente e sem rasuras, emendas ou entrelinhas e, ainda, com as seguintes informações:

- a) Em uma via, emitida somente por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem cotações alternativas, emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, carimbada, rubricadas todas as folhas e assinada por pessoa legalmente habilitada com poderes para comprometer-se pela empresa licitante, podendo utilizar-se da Proposta de Preços. **NÃO SERÃO ACEITAS PROPOSTAS ELABORADAS COM O APROVEITAMENTO DO ANEXO I CONSTANTE DESTA EDITAL.**
- b) Fazer menção ao número deste **Pregão** e conter a razão social da licitante, o CNPJ, número(s) de telefone(s) e de fax e, se houver, e-mail, e o respectivo endereço com CEP.
- c) Indicar expressamente a **MARCA** e as especificações, quando couber, além de quaisquer outros elementos que possibilitem evidenciar, com absoluta clareza e quando solicitada, **prospectos e/ou folder técnico**, explicativo, contendo todas as especificações técnicas, para melhor visualização do produto ofertado.

d) Preço(s) unitário(s) e total(is) proposto(s) para o(s) objeto(s) ofertado(s), expressos em reais, junto aos quais considerar-se-ão inclusas todas e quaisquer despesas incidentes sobre o objeto licitado (tributos, seguros, fretes, garantias, fornecimento de certidões e documentos, encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, gastos com transporte e acondicionamento dos materiais em embalagens adequadas, encargos de qualquer natureza etc.).

e) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos. Caso seja indicado prazo de validade da proposta inferior ao mínimo permitido, o pregoeiro efetuará diligência para confirmação, alteração ou desclassificação, conforme for o caso.

f) Declarar expressamente, na proposta, de que atende todas as exigências mínimas, de prazos de entrega e quantidades.

g) FORMA DE PAGAMENTO: 30 (TRINTA) DIAS APÓS O FORNECIMENTO.

h) PRAZO DE FORNECIMENTO: O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

A entrega deverá ocorrer em até 30 dias, após a emissão da ordem de fornecimento.

i) LOCAL DA ENTREGA: Almoxarifado- Av. Dedo de Deus, 820-Centro-Guapimirim-RJ

j) OBSERVAÇÃO: *Quaisquer dados acima não constantes na Proposta de Preços, após a análise da mesma e considerados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio simplesmente irregularidade formal, que evidencie lapso isento de má fé, poderão ser preenchidos no ato da sessão, pelo representante presente, com a devida autorização do Pregoeiro, desde que não alterem o conteúdo e, também não afete a idoneidade das propostas de preço, não será causa de desclassificação.*

6.2 Nos valores que forem propostos serão consideradas as seguintes regras:

- a)** quanto à fração relativa aos centavos, apenas os numerais correspondentes às duas primeiras casas decimais que se seguirem à vírgula, sem qualquer tipo de arredondamento;
- b)** discrepância entre os valores expressos em numerais e por extenso, valem estes últimos;
- c)** discrepância entre o valor unitário e o global, vale apenas o primeiro.

6.3 Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de:

- a)** soma e/ou multiplicação;
- b)** falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes de "propostas de preços" com poderes para esse fim; e

- c) a falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do envelope de "documentos para habilitação".

7. DO JULGAMENTO

7.1 No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, obedecendo as condições e especificações estabelecidas neste Edital, apresentar o "**MENOR PREÇO POR ITEM**".

7.2 No caso de se verificar empate entre duas ou mais propostas e estando superada a fase de oferta de lances verbais, a classificação será obtida mediante sorteio realizado no próprio ato, vedado qualquer outro tipo de procedimento.

8. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

8.1 Declaração de Fatos Impeditivos para Habilitação (ANEXO V);

8.2 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

8.2.1 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhando de documentos de eleição de seus administradores;

8.2.2 Cédula de Identidade e CPF do sócio da empresa ou documento equivalente.

8.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

8.3.1 Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

8.3.2 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta; As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela junta comercial.

8.3.3 Prova de capital integralizado ou de patrimônio líquido no mínimo de 5% (cinco) sobre o valor estimado da licitação, na forma prevista pelos § 2º e 3º do Artigo 31 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Esta prova deverá ser feita com documento que comprove o registro do ato correspondente.

8.4 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 8.4.1** Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade com o objeto contratual.
- 8.4.2** Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- 8.4.3** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante apresentação da Certidão de Quitação de Tributos Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e da Certidão Quanto a Dívida Ativa da União expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- 8.4.4** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação da Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda da sede da licitante e da Certidão Quanto a Dívida Ativa do Estado expedida pela Procuradoria Geral do Estado da sede da licitante;
- 8.4.5** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação da Certidão de Regularidade Fiscal expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda da sede da licitante e/ou da Certidão Quanto a Dívida Ativa do Município expedida;
- 8.4.6** Certidão Negativa de Débitos – CND ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativa à Seguridade Social (INSS);
- 8.4.7** Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal em validade, nos termos do Art. 195, § 3º da Constituição Federal;
- 8.4.8** Declaração de cumprimento ao disposto na Constituição Federal – Art. 7, inciso XXXIII, conforme ANEXO III;
- 8.4.9** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) (incluído pela Lei nº 12.440 de 2011).
- 8.4.10** O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões se necessário, para verificar as condições de habilitação das licitantes, no entanto, não se responsabilizará pela possível indisponibilidade desses sistemas, quando da consulta no julgamento da habilitação, sendo de inteira responsabilidade da licitante a comprovação de sua habilitação. A verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 8.4.11** Os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.
- 8.4.12** Todos os documentos deverão estar em nome e CNPJ da matriz ou todos em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e os atestados de capacidade técnica, que podem ser apresentados tanto em nome da matriz e/ou em nome da filial.

8.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.5.1 Comprovação de aptidão da licitante (pessoa jurídica) para desempenho de _____ atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de certidão(ões) ou atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove que o licitante forneceu, a contento, os itens da mesma natureza ou similar, objeto aqui licitado.

8.5.1.1 - Somente será considerado válido o Atestado que contenha o timbre da referida entidade pública ou privada, CNPJ, endereço, devendo ser datado e assinado por pessoa física identificada por seu nome e cargo na entidade, estando estas informações sujeitas a conferência.

8.6 – MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

8.6.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de retirada de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.6.2 - havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal,

para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.6.3 - a falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação ou revogar a licitação.

9. DA SESSÃO DO PREGÃO

9.1 A sessão de recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos para habilitação será realizada no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, sendo recomendável a presença dos participantes com 10 (dez) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para a sua abertura, especialmente quando necessária a autenticação de documentos, e desenvolver-se-á da seguinte forma:

9.1.1 Declarada aberta a sessão, serão convidados os representantes das empresas que se fizerem presentes para apresentarem junto à mesa os

documentos necessários ao credenciamento e/ou representação, na forma do item 4 do edital, os quais poderão ser vistos e conferidos por todos os participantes e, necessariamente, rubricados.

9.1.2 Em seguida serão anunciadas as empresas legalmente representadas, devendo tais empresas efetuar a entrega dos envelopes com as propostas de preços e de documentos para habilitação, apresentados na forma do item 5.

9.1.3 Abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, escolha daquela que apresentar o **MENOR PREÇO POR ITEM**, classificação daquelas cuja variação situar-se no limite de até 10% (dez por cento) acima do menor preço total do lote ou, em não havendo pelo menos 3 (três) propostas naquelas condições, escolha de tantas quantas forem necessárias, na ordem crescente do preço ofertado, para alcançar o número mínimo de 3 (três) participantes, exceto se igual ou maior número de licitantes não estiver participando do certame.

9.1.4 Análise de todas as propostas quanto à sua conformidade com as exigências do Edital, procedendo-se a desclassificação daquelas desconformes e a sua substituição por outra, de forma a definir aquelas que se encontrarem aptas para a fase de lances verbais.

9.1.5 Início da fase dos lances verbais, os quais serão formulados pelos proponentes de forma sucessiva, em valores numéricos distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta de maior preço, observando o seguinte:

9.1.5.1 As rodadas de lances verbais serão repetidas quantas vezes forem necessárias, tendo como tempo máximo o período de 10 (dez) minutos para a conclusão dos lances verbais de cada Item. A critério do Pregoeiro, o referido período poderá ser prorrogado.

9.1.5.2 A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, de forma a definir a seqüência dos lances ulteriores.

9.1.5.3 O lance inicial ofertado deverá sempre cobrir o valor da proposta de menor preço, e a partir de então o lance de menor valor da rodada em andamento ou precedente, conforme o caso.

9.1.5.4 A desistência em apresentar lance verbal, quando para esse fim convocado, implicará na exclusão do licitante quanto à fase de lances verbais, mantendo-se, todavia, o último preço por ele apresentado para efeito da classificação final das propostas.

9.1.5.5 A desistência dos lances ofertados sujeita o seu proponente às penalidades cabíveis.

9.1.5.6 Ofertados os lances verbais, o Pregoeiro solicitará a todas as licitantes que efetivaram lances, a redução a termo dos últimos lances ofertados.

9.1.6 Encerrada a etapa de oferta de lances, as propostas serão ordenadas exclusivamente pelo critério de menor preço, sendo objeto de exame e decisão motivada quanto à aceitabilidade do valor apresentado por aquela classificada em primeiro lugar.

9.1.7 Sendo aceitável a oferta da proposta classificada em primeiro lugar, em relação ao seu proponente será verificado o atendimento das condições habilitatórias, mediante abertura do respectivo envelope de documentação, na forma do item 8 deste Edital.

9.1.8 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o proponente será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o respectivo item do Pregão.

9.1.9 Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, serão examinadas as ofertas subseqüentes, inclusive quanto a sua aceitabilidade, por ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda a todas as exigências editalícias, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o correspondente objeto.

9.1.10 Caso ocorram as hipóteses dos subitens 9.1.7 e 9.1.8, ou de não haver oferta de lances verbais, ou mesmo quando houver ofertas de lances verbais, após a decisão do pregoeiro, em qualquer dos casos, quanto à aceitabilidade da proposta ainda será lícito ao pregoeiro negociar diretamente com o proponente para a obtenção de preço melhor do que aquele ofertado.

9.1.11 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, ao final assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes, facultada a assinatura dos membros da equipe de apoio e ouvintes, na qual serão registrados todos os fatos relevantes da sessão, inclusive quanto ao previsto no item 11.1.

9.1.11.1. A adjudicação do objeto obedecerá a estrita ordem de classificação e será praticada pelo pregoeiro na própria ata de reunião.

9.1.12 – MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1.12.1 A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006, com preços iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de melhor preço, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, de acordo com o estabelecido no § 3º do artigo 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.1.12.2 Não ocorrendo a apresentação da proposta da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas, na ordem classificatória,

as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese acima, para o exercício do mesmo direito.

10. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

10.1 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

10.1.1 Caberá ao Pregoeiro decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a impugnação interposta.

10.1.2 Se procedente e acolhida a impugnação do edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.

11. DOS RECURSOS

11.1 A manifestação da intenção de interpor recurso, pleiteada pela licitante, deverá ser feita ao final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões de recorrer, momento a partir do qual será concedido ao interessado o prazo de **3 (três) dias** para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.1.1 A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão deste **Pregão**, implicará **decadência e preclusão** desse direito da **licitante**, devendo o Pregoeiro adjudicar o objeto à **vencedora**.

11.2 Na hipótese da interposição de recurso, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na CPL – Comissão Permanente de Licitação, no local indicado para a realização do certame, em dias úteis, no horário das 10:00 às 16:00 horas.

11.3 Os **recursos** deverão ser dirigidos ao Exm^o. Sr. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, via Protocolo Geral, e observarão:

- a) quanto à sua interposição, o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da manifestação de sua intenção de recorrer, registrada em ata;
- b) a forma escrita, com a assinatura do licitante ou seu representante legal;
- c) a legitimidade e o interesse recursais;
- d) a fundamentação.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1. Fica estipulado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir do recebimento da notificação para que a adjudicatária, assine o instrumento contratual sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 81 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

12.1.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração, podendo esta, se assim o entender, utilizar-se de prerrogativa prevista no § 2º do Art. 64 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações;

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO :

13.1 O objeto deste Pregão poderá ser adjudicado pelo Pregoeiro ou pelo gestor, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação;

13.2 A homologação deste pregão compete a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

14. DAS PENALIDADES :

14.1 Pela inexecução total ou parcial da entrega, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à vencedora, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93, na Lei nº 10.520/2002 e Decretos 753/2007 e 803/2009;

14.1.1 Advertência, nas hipóteses de execução irregular na entrega do objeto, que não resulte prejuízo para o serviço deste Município;

14.1.2 Multa, prevista na forma do item 13.2, nas hipóteses de inexecução da entrega do objeto, com ou sem prejuízo para o serviço;

14.1.3 Suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com este Órgão, por período de até 12 (doze) meses, nas hipóteses e nos termos da Lei n. 10.520/2002 e Decretos n. 753/2007 e 803/2009;

14.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 12 (doze) meses, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a penalidade, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei n. 8.666/93.

14.1.4.1 A aplicação da sanção de Declaração de Inidoneidade implica na inativação do cadastro do fornecedor ou interessado junto à Prefeitura Municipal de Guapimirim/RJ, impossibilitando-o de relacionar-se comercialmente com a Administração Pública Municipal, no âmbito dos demais Órgãos/entidades que o utilizam.

14.2 Caso a licitante declarada vencedora se recuse a entregar o objeto, ser-lhe-á aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

14.3 A multa prevista neste item será aplicada até o limite de 10% (dez por cento), o que não impede, a critério da administração da Prefeitura Municipal de Guapimirim/RJ, a aplicação das demais sanções a que se refere o item 13.1.

14.4 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título também cabem recursos, a serem interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato, observando, no que couber, as regras do item 11.3 do presente Edital.

15. DO PAGAMENTO

15.1 O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias, após o fornecimento, pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos com base nas Notas Fiscais apresentadas pela vencedora, devidamente atestadas por 02 (dois) servidores da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, sendo protocoladas no setor próprio desta Prefeitura.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 O CNPJ da Prefeitura Municipal de Guapimirim/RJ é 39.547.500/0001-83.

16.2 Ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior é facultado, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

16.3 A simples participação na licitação implicará no conhecimento e aceitação tácita das condições estabelecidas neste Edital.

16.4 As normas que disciplinam este pregão presencial serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

16.5 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes dos Decreto n. 753/2007 e 803/2009.

16.6 Não serão levadas em consideração as propostas que fizerem referência às de outras licitantes ou que apresentem qualquer oferta de vantagem não prevista, tal como proposta alternativa.

16.7 Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste Edital.

16.8 Quaisquer esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto da presente licitação poderão ser obtidos junto CPL – Pregoeiro e Equipe de Apoio, na sede da Prefeitura Municipal de Guapimirim/RJ, sito à Av. Dedo de Deus, 1161 – Centro – Guapimirim/RJ, e, pelo telefone (21) 2632-2412, em dias úteis, no período das 10:00 às 16:00 horas.

Guapimirim/RJ, 26 de Março de 2018.

JOÃO MAURICIO FERREIRA GONÇALVES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO
PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 24/2018

OBJETO: _CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CESTOS DE COLETA DE LIXO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VAL. UNIT	VAL. TOTAL
1	CARRINHO COLETOR DE LIXO 240 LITROS SEM PEDAL, AMARELO. - CARRINHO COLETOR DE LIXO 240 LITROS SEM PEDAL, AMARELO.	UND	50		R\$ 305,6667	R\$ 15.283,33
2	CARRINHO COLETOR DE LIXO 240 LITROS SEM PEDAL, AZUL. - CARRINHO COLETOR DE LIXO 240 LITROS SEM PEDAL, AZUL.	UND	50		R\$ 305,6667	R\$ 15.283,33
3	CARRINHO COLETOR DE LIXO 240 LITROS SEM PEDAL, VERDE. - CARRINHO COLETOR DE LIXO 240 LITROS SEM PEDAL, VERDE.	UND	50		R\$ 305,6667	R\$ 15.283,33
4	CARRINHO COLETOR DE LIXO 240 LITROS SEM PEDAL, VERMELHO. - CARRINHO COLETOR DE LIXO 240 LITROS SEM PEDAL, VERMELHO.	UND	50		R\$ 305,6667	R\$ 15.283,33
5	CESTO DE 40 LITROS PARA DESCARTE DE PILHAS E BATERIAS. - CESTO DE 40 LITROS PARA DESCARTE DE PILHAS E BATERIAS.	UND	40		R\$ 94,8000	R\$ 3.792,00
6	CONJUNTO EM ARMAÇÃO EM AÇO CARBONO GALVANIZADO PARA COLETA SELETIVA COM 02 (DOIS) CESTOS COM TAMPA VAI E VEM,	PÇ	300		R\$ 403,8000	R\$ 121.140,00



	ESTILO BASCULANTE, FACILITANDO O DESCARTE DE LIXO E RESÍDUOS SÓLIDOS COM CAPACIDADE DE CADA CESTO PARA 100 LITROS.. - CONJUNTO EM ARMAÇÃO EM AÇO CARBONO GALVANIZADO PARA COLETA SELETIVA COM 02 (DOIS) CESTOS COM TAMPA VAI E VEM, ESTILO BASCULANTE, FACILITANDO O DESCARTE DE LIXO E RESÍDUOS SÓLIDOS COM CAPACIDADE DE CADA CESTO PARA 100 LITROS, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO POLIPROPILENO. ESTE PRODUTO DEVERÁ SEGUIR O CÓDIGO DE CORES.					
7	CONJUNTO EM ARMAÇÃO EM AÇO CARBONO GALVANIZADO PARA COLETA SELETIVA COM 02 (DOIS) CESTOS COM TAMPA VAI E VEM, ESTILO BASCULANTE, PARA PARQUE FACILITANDO O DESCARTE DE LIXO E RESÍDUOS SÓLIDOS COM CAPACIDADE DE CADA CESTO PARA 60 LITROS. - CONJUNTO EM ARMAÇÃO EM AÇO CARBONO GALVANIZADO PARA COLETA SELETIVA COM 02 (DOIS) CESTOS COM TAMPA VAI E VEM, ESTILO BASCULANTE, PARA PARQUE FACILITANDO O DESCARTE DE LIXO E RESÍDUOS SÓLIDOS COM CAPACIDADE DE CADA CESTO PARA 60 LITROS,	PÇ	300		R\$ 201,8667	R\$ 60.560,00

	CONFECCIONADO EM PLÁSTICO POLIPROPILENO. ESTE PRODUTO DEVERÁ SEGUIR O CÓDIGO DE CORES.					
8	CONJUNTO EM ARMAÇÃO EM AÇO CARBONO GALVANIZADO PARA COLETA SELETIVA COM 05 (CINCO) CESTOS COM TAMPA VAI E VEM, ESTILO BASCULANTE, FACILITANDO O DESCARTE DE LIXO E RESÍDUOS SÓLIDOS COM CAPACIDADE DE CADA CESTO PARA 100 LITROS. - CONJUNTO EM ARMAÇÃO EM AÇO CARBONO GALVANIZADO PARA COLETA SELETIVA COM 05 (CINCO) CESTOS COM TAMPA VAI E VEM, ESTILO BASCULANTE, FACILITANDO O DESCARTE DE LIXO E RESÍDUOS SÓLIDOS COM CAPACIDADE DE CADA CESTO PARA 100 LITROS, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO POLIPROPILENO. ESTE PRODUTO DEVERÁ SEGUIR O CÓDIGO DE CORES.	PÇ	350		R\$ 691,3500	R\$ 241.972,50
9	CONTÊINER PARA LIXO CAPACIDADE 1000 LITROS. PLÁSTICO INJETADO (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) E ADITIVADO COM PROTEÇÃO UV. SUPERFÍCIE IMPERMEÁVEL, CANTOS INTERNOS ARREDONDADOS. - CONTÊINER PARA LIXO CAPACIDADE 1000 LITROS. PLÁSTICO INJETADO (POLIETILENO	UND	20		R\$ 1.906,2167	R\$ 38.124,33

	DE ALTA DENSIDADE) E ADITIVADO COM PROTEÇÃO UV. SUPERFÍCIE IMPERMEÁVEL, CANTOS INTERNOS ARREDONDADOS.					
10	LIXEIRA EM AÇO INOX 60 LITROS COM ACABAMENTO BRILHANTE E SISTEMA BASCULANTE, COM ESTRUTURA METÁLICA FIXA. - LIXEIRA EM AÇO INOX 60 LITROS COM ACABAMENTO BRILHANTE E SISTEMA BASCULANTE, COM ESTRUTURA METÁLICA FIXA.	UND	100		R\$ 558,7333	R\$ 55.873,33

- **VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R\$ 582.595,50 (Quinhentos e oitenta e dois mil,quinhentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos)**

Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos.

Declarar expressamente, na proposta, de que atende todas as exigências mínimas, de prazos de entrega e quantidades.

FORMA DE PAGAMENTO: 30 (TRINTA) DIAS APÓS O FORNECIMENTO.

PRAZO DE FORNECIMENTO: O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura. A entrega deverá ocorrer em até 30 dias, após a emissão da ordem de fornecimento.

LOCAL DA ENTREGA: Almoxarifado- Av. Dedo de Deus, 820-Centro-Guapimirim-RJ

OBS:A empresa declarada vencedora apresentará, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, à partir do resultado final da habilitação declarando a licitante vencedora, nova planilha detalha.



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de cestos de coleta de lixo para seleção e destinação de resíduos produzidos dentro do Município de Guapimirim, a serem instalados nas vias e praças públicas, pontos turísticos, bem como nos locais de preservação ambiental de grande circulação, de acordo com as especificações e quantidades estabelecidas no presente Termo, sendo a referida aquisição à ser feita através do Sistema de Registro de Preços.

2 – JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

A aquisição ora pretendida justifica-se, especialmente, por 02 (dois) motivos:

- 2.1 Pela necessidade de dispor ao cidadão e visitantes do município uma cidade limpa, assegurando segregação, acondicionamento e coleta adequados, visando à minimização de riscos, a proteção à saúde dos mesmos, como também do Meio Ambiente, em consonância com os incisos II e IV do Art. 92 da Constituição Federal de 1988.
- 2.2 Cumprimento, em caráter de grande urgência, da Sentença do Processo nº 0004845-94.2013.8.19.0073, em se tratando de ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Estado do Rio De Janeiro.

3 – LOCAL / PRAZO DE ENTREGA

O prazo de entrega dos materiais não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, a contar da data de envio da Nota de Empenho, encaminhado pela

Secretaria responsável à empresa vencedora do Certame.

Os mesmos deverão ser entregues no Almoxarifado Central, sobre a supervisão do fiscal da referida aquisição por parte da Secretaria requisitante.

- a. – O fornecedor deverá efetuar a troca dos produtos que não forem aceitos por estarem em desconformidade com a quantidade, qualidade e especificações deste Termo, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar de sua notificação, via ofício ou correio eletrônico, sem quaisquer ônus ao Município.
- b. – Caso não seja realizada a substituição, serão aplicadas as sanções administrativas previstas no item 10 deste Termo de Referência.
- c. – Se no ato da entrega dos produtos a Nota Fiscal/Fatura não for aceita pela Fiscalização, devido a irregularidades em seu preenchimento, esta será devolvida para as necessárias correções.

5 – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA / QUANTIDADE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	Conjunto em armação em aço carbono galvanizado para coleta seletiva com 05(cinco) cestos com tampa vai e vem , estilo basculante, facilitando o descarte de lixo e resíduos sólidos com capacidade de cada cesto para 100 litros , confeccionado em plástico polipropileno. Este produto deverá seguir o código de cores	Peça	350
2	Conjunto em armação em aço carbono galvanizado para coleta seletiva com 02(dois) cestos com tampa vai e vem , estilo basculante, facilitando o descarte de lixo e resíduos sólidos com capacidade de cada cesto para 100 litros , confeccionado em plástico polipropileno. Este produto deverá seguir o código de cores	Peça	300

3	Conjunto em armação em aço carbono galvanizado para com 02(dois) cestos com tampa vai e vem , estilo basculante, para Parque facilitando o descarte de lixo e resíduos sólidos com capacidade de cada cesto para 60 litros , confeccionado em plástico polipropileno. Este produto deverá seguir o código de cores	Peça	300
4	Carrinho Coletor de Lixo 240 Litros sem pedal vermelho	unid	50
5	Carrinho Coletor de Lixo 240 Litros sem pedal azul	unid	50
6	Carrinho Coletor de Lixo 240 Litros sem pedal amarelo	unid	50
7	Carrinho Coletor de Lixo 240 Litros sem pedal verde	unid	50
8	Lixeira em aço inox 60 Litros com acabamento brilhante e sistema basculante, com estrutura metálica fixa.	unid	100
9	Cesto de 40 litros para descarte de pilhas e baterias	unid	40
10	Contêiner para lixo capacidade 1000 Litros. Plástico injetado (polietileno de alta densidade) e aditivado com proteção UV. Superfície impermeável, cantos internos arredondados.	unid	20

6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- a. - O objeto da presente licitação se enquadra no plano de trabalho da Secretaria para o exercício de 2018, conforme dotações orçamentárias abaixo discriminadas.

15.452.0004.2.032 / 3390.30 / 04
15.452.0004.2.032 / 3390.30 / 01

7 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- a. - O pagamento das entregas solicitadas será efetuado através de nota fiscal emitida a favor da contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da sua apresentação, devidamente conferida e atestada pela fiscalização de contratos da Secretaria solicitante.
- b. - Junto à nota fiscal, o contratado fará constar, para fins de pagamento, solicitação de pagamento, contendo dados bancários da mesma.
- c. - O pagamento à Contratada somente ocorrerá mediante a comprovação de sua regularidade junto à Previdência Social, consubstanciada na Certidão Negativa de Débito do INSS, CRF/ FGTS, certidão negativa de débito trabalhistas - CNDT de modo a ser efetivo cumprimento às disposições constantes dos artigos 27, IV, 29, V, e 55, XIII, da Lei nº 8.666, de 1993, c/ os artigos 1º e 4º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, para efeito de pagamento.
- d. - Ocorrendo erros na apresentação das notas fiscais, as mesmas serão devolvidas à Contratada para correção, ficando estabelecido que o atraso decorrente deste fato implicará em postergação da data do pagamento, por igual número de dias, sem que isto gere encargos financeiros para a Prefeitura Municipal de Guapimirim RJ.

8 - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- a. - A referida ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

9 - DAS PENALIDADES

- a. - Em caso de inexecução total ou parcial do que foi pactuado, inclusive desatendimento das determinações da Fiscalização, a Contratada estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, no que couber, às seguintes penalidades:
 - i. Advertência;
 - ii. Multas penitenciais;

- iii. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o órgão licitante, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
 - iv. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra anterior.
- b. – As multas serão aplicadas para os seguintes casos e nos seguintes percentuais, limitadas a 10 % (dez por cento) sobre o valor global adjudicado:
- ▶ De 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor global adjudicado, atualizado na forma de lei, quando a CONTRATADA, sem justa causa, deixar de cumprir a obrigação assumida;
 - ▶ De 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor global adjudicado, atualizado na forma de lei, no caso de desatendimento de determinação da Fiscalização.
 - ▶ De 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) sobre o valor global adjudicado, atualizado na forma de lei, sempre que houver desatendimento em relação ao prazo para atendimento a solicitação, caso não ocorra justificativa ou esta não seja aceita pelo fiscal do contrato.
 - ▶ De 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor global adjudicado, atualizado na forma de lei, em caso de descumprimento do prazo de execução do serviço, caso não haja justificativa ou esta não seja aceita pelo fiscal do contrato.
- c. – Quando as multas atingirem o limite de 10% (dez por cento) do valor global adjudicado a contratante poderá promover a rescisão parcial ou total do contrato.
- d. – As sanções previstas nas letras "a", "c", e "d" do subitem 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da letra "b", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco)

diasúteis.

- e. – A contratada será responsabilizada pelos prejuízos que comprovadamente causar à Prefeitura Municipal de Guapimirim em decorrência do dolo ou culpa, arcando com a indenização correspondente, da forma como se apurar em processo administrativo, assegurado em qualquer caso, direito de defesa.
- * Todas as penalidades previstas deverão ser aplicadas levando-se em conta os princípios da razoabilidade e proporcionalidade e de acordo com a gravidade dos fatos e o grau de culpa da Contratada e/ou seus funcionários.

10 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a. – Fornecer o material objeto deste Termo de Referência no padrão e prazo exigido. Os materiais deverão ser entregues no quantitativo estipulado pela fiscalização do contrato e conforme especificação.
- b. – Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para-fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre o produto vendido, bem como, eventual custo adicional de frete na entrega.
- c. – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- d. – Substituir sem custos adicionais para a contratante todo o material que se revelar defeituoso ou em desacordo com o padrão exigido neste Termo de Referência, mesmo após seu recebimento definitivo, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do aviso escrito enviado por e-mail ou outro meio hábil;
- e. – Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização da contratante, inerentes ao objeto da contratação.
- f. – Manter durante a vigência do contrato, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação, sob pena de rescisão do contrato respectivo, sem prejuízo das

penalidades cabíveis.

- g. – Responder por quaisquer danos ocasionados à contratante e/ou terceiros em razão de sua ação ou omissão, bem como de quem, em seu nome, agir ou omitir-se.

11 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a. – Efetuar publicação resumida do instrumento contratual e seus eventuais aditamentos na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua validade e eficácia.
- b. – Após a homologação do resultado, a CONTRATANTE convocará o vencedor da licitação para a assinatura do contrato.
- c. – Gerenciar o contrato, através de fiscal designado por portaria específica, antes da assinatura da referida Ata de Registro de Preço.
- d. – Receber a nota fiscal do fornecedor e, após conferência e aceite, encaminhá-la para pagamento no prazo, conforme disposto neste Termo de Referência.
- e. – Comunicar oficialmente eventuais danos ocorridos nos materiais fornecidos pela CONTRATADA.
- f. – Aplicar à CONTRATADA sanções administrativas, quando se fizerem necessárias, de acordo com o contrato e a legislação vigente.

12 – VALIDADE DOS PRODUTOS

Os produtos deverão ter prazo de validade, no mínimo, de 12 (doze) meses, contados a partir da entrega e aceitação definitiva pela Fiscalização.



PREFEITURA
GUAPI

SECRETARIA
MUNICIPAL DE
**OBRAS E SERVIÇOS
PÚBLICOS**

PROCESSO: 12120/2017

FOLHA: 150

RÚBRICA: _____



PREFEITURA
GUAPI

SECRETARIA
MUNICIPAL DE
**OBRAS E SERVIÇOS
PÚBLICOS**

PROCESSO: 12120/2017

FOLHA: 151

RÚBRICA: _____



PREFEITURA
GUAPI

SECRETARIA
MUNICIPAL DE
**OBRAS E SERVIÇOS
PÚBLICOS**

PROCESSO: 12120/2017

FOLHA: 152

RÚBRICA: _____



PREFEITURA
GUAPI

SECRETARIA
MUNICIPAL DE
**OBRAS E SERVIÇOS
PÚBLICOS**

PROCESSO: 12120/2017

FOLHA: 153

RÚBRICA: _____



PREFEITURA
GUAPI

SECRETARIA
MUNICIPAL DE
**OBRAS E SERVIÇOS
PÚBLICOS**

PROCESSO: 12120/2017

FOLHA: 154

RÚBRICA: _____



PREFEITURA
GUAPI

SECRETARIA
MUNICIPAL DE
**OBRAS E SERVIÇOS
PÚBLICOS**

PROCESSO: 12120/2017

FOLHA: 155

RÚBRICA: _____



PREFEITURA
GUAPI

SECRETARIA
MUNICIPAL DE
**OBRAS E SERVIÇOS
PÚBLICOS**

PROCESSO: 12120/2017

FOLHA: 156

RÚBRICA: _____



PREFEITURA
GUAPI

SECRETARIA
MUNICIPAL DE
**OBRAS E SERVIÇOS
PÚBLICOS**

PROCESSO: 12120/2017

FOLHA: 157

RÚBRICA: _____



PREFEITURA
GUAPI

SECRETARIA
MUNICIPAL DE
**OBRAS E SERVIÇOS
PÚBLICOS**

PROCESSO: 12120/2017

FOLHA: 158

RÚBRICA: _____



PREFEITURA
GUAPI

SECRETARIA
MUNICIPAL DE
**OBRAS E SERVIÇOS
PÚBLICOS**

PROCESSO: 12120/2017

FOLHA: 159

RÚBRICA: _____



ANEXO III

Modelo de Declaração (Item 8.5.1, do Edital)

(Papel timbrado ou carimbo da empresa)

DECLARAÇÃO

_____A.....(*Razão Social da empresa*)....., CNPJ
....., com endereço à....., declara, em
atendimento ao previsto no item 8.1, alínea "b" do Edital **Pregão Presencial-
SRP nº 24/2018**, que não possuímos em nosso quadro de pessoal
empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo
na condição de aprendiz, se for o caso, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º
da Constituição República Federativa do Brasil.

Local e data,

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)



ANEXO IV

(Papel timbrado ou carimbo da empresa)

CARTA DE CREDENCIAMENTO (MODELO)

A.....(*Razão Social da empresa*)....., CNPJ
....., com endereço à....., através do seu
..... (proprietário, sócio-proprietário, presidente, gerente,
diretor),(nacionalidade),(estado civil),
portador do RG n, CPF n.,
residente à, **CONSTITUI** como seu representante no
certame licitatório – modalidade **Pregão Presencial-SRP n. 24/2018** a ser
realizado pela Prefeitura Municipal de Guapimirim/RJ, o Sr.(a)
....., (nacionalidade),(estado
civil), portador do RG n, CPF n.,
residente à, que poderá formular ofertas e lances de
preço e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da
representada, inclusive renúncia ao direito de interpor e desistir de recursos.

Local e data,

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)



ANEXO V

Modelo de Declaração

(Papel timbrado ou carimbo da empresa)

DECLARAÇÃO

A.....(*Razão Social da empresa*)....., CNPJ
....., com endereço à....., declara, em
conformidade com o art. 32, parágrafo 2º, da Lei n. 8.666/93, que não
existem fatos supervenientes ao seu cadastramento, que sejam impeditivos
de sua habilitação para este certame licitatório na Prefeitura Municipal de
Guapimirim/RJ.

Local e data,

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO N^o. XXX/2018.

Contrato de Fornecimento

Livro: Clique aqui para digitar texto./Clique aqui para digitar texto.

Termo: Clique aqui para digitar texto. /Clique aqui para digitar texto.

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O

MUNICÍPIO DE GUAPIMIRIM, ATRAVÉS
DA SECRETARIA

MUNICIPAL DE **Clique aqui para digitar
texto.**, E DE OUTRO LADO **Clique aqui
para digitar texto.**, ORIUNDO DO PREGÃO
PRESENCIAL N^o. **Clique aqui para digitar
texto./Clique aqui para digitar texto..**

O **MUNICÍPIO DE GUAPIMIRIM**, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, localizado na Avenida Dedo de Deus, 1161 – Centro – Guapimirim – CEP.: 25940-000, RJ, inscrito no CNPJ n^o. 39.547.500/0001-83, neste ato representado, por seu Prefeito **JOCELITO PEREIRA DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n^o 078757762, expedida pelo IFP-RJ e com o CPF n^o 928.089.807-87, que delega competência através do Decreto n^o. 1.033 de 21 de março de 2014 ao Ilmo **Clique aqui para digitar texto.**, e de outro lado, **Clique aqui para digitar texto.**, portador de Carteira de Identidade n^o **Clique aqui para digitar texto.**, expedida pelo **Clique aqui para digitar texto.** e inscrito no CPF/MF sob o n^o **Clique aqui para digitar texto.** e, de outro lado, **Clique aqui para digitar texto.**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ n^o. **Clique aqui para digitar texto.**, com sede na **Clique aqui para digitar texto.**, neste ato representado pelo Sr. **Clique aqui para digitar texto.**, brasileiro, portadora da carteira de identidade n^o **Clique aqui para digitar texto.** expedida pelo **Clique aqui para digitar texto.** e inscrita no CPF/MF sob o n^o **Clique aqui para digitar texto.**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE FORNECIMENTO**, tendo em vista o constante e decidido no Procedimento Administrativo n^o. **Clique aqui para digitar texto.**, contendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – (Legislação Aplicável)

Este Contrato rege-se por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal 8.666/93, e suas alterações, Lei 10.520/02, além da Lei Complementar Federal n^o 101/00, bem como pelos

preceitos de direito público, pela proposta da Contratada e pelas Cláusulas deste Contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA –
(Objeto)**

O objeto do presente termo é a **Clique aqui para digitar texto.**, conforme Edital de Pregão Presencial nº. **Clique aqui para digitar texto.**/Clique aqui para digitar texto. e Termo de Referência, constantes no Procedimento Administrativo nº. **Clique aqui para digitar texto.**

Parágrafo Único - O fornecimento será executado com obediência rigorosa, fiel e integral a todas as exigências, prazos, condições gerais e especiais, constantes do PROCESSO, bem como nos detalhes e instruções fornecidas pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA TERCEIRA – (Valor e Empenho)

O valor global deste Contrato é de **Clique aqui para digitar texto.**, conforme Autorizo do Secretário de **Clique aqui para digitar texto.** constante nos Procedimento Administrativo nº **Clique aqui para digitar texto.**

Parágrafo Primeiro – A despesa global decorrente deste Termo, mencionada no *caput* desta CLÁUSULA, será coberta pela: Nota de Empenho: **Clique aqui para digitar texto.**

**CLÁUSULA QUARTA –
(Prazo)**

A vigência deste contrato para atendimento do objeto da presente licitação será **Clique aqui para digitar texto.** (**Clique aqui para digitar texto.**) meses a contar da assinatura do presente Termo.

**CLÁUSULA QUINTA – (Forma e Prazo de
Pagamento)**

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após entrega do objeto mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente acompanhada das requisições e atestada por 2 (dois) servidores da Secretaria Municipal de **Clique aqui para digitar texto.** protocolada na sede da Prefeitura Municipal de Guapimirim.

Parágrafo Único: Para a efetivação do pagamento fica obrigada a apresentação dos documentos de recolhimento de CND INSS e CND FGTS, conforme normativa apresentada pela Controladoria Geral do Município de Guapimirim.

**CLÁUSULA SEXTA – (Obrigações da
CONTRATADA)**

São obrigações da CONTRATADA:

- I – Realizar o fornecimento de acordo com todas as exigências contidas no Edital de Licitação, seus anexos e no presente Contrato;
- II – Designar um gerente responsável, perante o MUNICÍPIO, por todos os aspectos contratuais;

III – Responsabilizar-se única, integral e exclusivamente, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos comprovados, de qualquer natureza, que causar à Municipalidade ou a terceiros, decorrentes da execução do presente Contrato, respondendo por si e por seus sucessores;

IV – Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como responder por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em virtude dos serviços a seu encargo, respondendo por si e por seus sucessores;

V – Manter durante todo o período de execução do CONTRATO as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – (Obrigações do MUNICÍPIO)

São obrigações do MUNICÍPIO:

I – Cumprir fielmente as disposições contidas no Edital de Licitação;

II – Realizar o pagamento a CONTRATADA nas condições e datas previstas.

CLÁUSULA OITAVA – (Fiscalização)

A Fiscalização da execução do Contrato caberá à Secretaria Municipal de Clique aqui para digitar texto. e, notadamente, ao Gerente a ser especificamente designado. Incumbe ao Gerente à prática de todos os atos que lhe são próprios, definidos na legislação pertinente, nas especificações do fornecimento, neste Contrato, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas neste Contrato e na legislação em vigor, observados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA declara aceitar os métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela Fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações indispensáveis ao desempenho de sua atividade.

Parágrafo Segundo – A atuação da Fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao fornecimento contratados, à sua execução, conseqüências e implicações, próximas ou remotas, perante a municipalidade ou terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implica em co-responsabilidade do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA – (Aceitação do Objeto do Contrato)

A aceitação dos materiais previstos neste contrato se dará mediante a avaliação de dois funcionários do MUNICÍPIO, que constatarão se os mesmos atendem a todas as especificações contidas no Edital. Parágrafo Único – Na recusa de aceitação, por não atenderem às exigências do MUNICÍPIO, a CONTRATADA deverá substituir os materiais, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do MUNICÍPIO a partir da data da efetiva aceitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – (Força Maior)

Os motivos de força maior que possam impedir a CONTRATADA de cumprir o prazo e condições do contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolizado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em greve ou em ocorrência não comunicada nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – (Suspensão da Execução)

É facultado ao MUNICÍPIO suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos diante de justificadas razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – (Sanções Administrativas)

Em caso de inexecução contratual, total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, mora na execução, qualquer inadimplemento ou infração contratual, a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, ficará sujeito às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor total do contrato, por um período máximo de 30 (trinta) dias úteis;
- c) multa de até 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, depois de esgotado o prazo fixado na alínea anterior;
- d) suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública;
- e) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

Parágrafo Primeiro – As imposições das penalidades de advertência e de multa são de competência do Secretário Municipal de Saúde, ouvido o Gerente do Contrato.

Parágrafo Segundo – As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do caput desta Cláusula podem cumular-se com as das alíneas “b” e “c” e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Terceiro – As multas serão recolhidas ao Tesouro Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis contados da publicação no Boletim Oficial do ato que as impuser, do qual a CONTRATADA terá conhecimento.

Parágrafo Quarto – Se no prazo previsto no parágrafo anterior não for comprovado o recolhimento da multa, será promovido o desconto da parcela retida ou da garantia. Mediante decisão da autoridade contratante. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevância por ato do MUNICÍPIO.

Parágrafo Quinto – As multas não têm caráter compensatório e o seu pagamento não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelas perdas ou danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Sexto – A declaração da suspensão ou de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública somente será aplicada após a ciência da CONTRATADA e depois de desprovido recurso cabível ou precluso o prazo para oferecê-lo. O prazo da suspensão será fixado segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, e o interesse do MUNICÍPIO.

Parágrafo Sétimo – As sanções previstas nas alíneas “d” e “e” do caput desta Cláusula são da competência do Prefeito. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar considerará a natureza e a gravidade da falta cometida, as faltas e penalidades anteriores e os casos de reincidência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – (Rescisão Administrativa)

A declaração de rescisão deste Contrato, em todos os casos em que ela é admissível, operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Boletim Oficial, aplicáveis à espécie os artigos 77 e seguintes da nº 8.666/93.

Parágrafo Único – Na hipótese de ser decretada a rescisão administrativa, por culpa da CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará ele sujeito à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – (Recursos)

Contra as decisões de que resultarem sanções administrativas a CONTRATADA poderá:

- a) recorrer ao próprio Secretário Municipal de Saúde;
 - 1 – do ato que aplicar a pena de advertência, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da ciência da decisão;
 - 2 – do ato que impuser as multas previstas nas alíneas “b” e “c” da Cláusula Décima Segunda, no prazo de 10 (dez) dias da ciência da decisão e mediante prévio depósito do seu valor, em moeda corrente;
- b) recorrer, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, à autoridade superior da decisão proferida nos recursos apresentados nos termos da alínea “a”, e do ato que declarar a rescisão do Contrato pelo não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) pedir reconsideração da decisão que declarar a suspensão do direito ou a inidoneidade da CONTRATADA para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação da decisão.

Parágrafo Único – Os recursos e pedidos de reconsideração não têm efeito suspensivo, exceto se este lhe for atribuído pela autoridade competente para conhecê-lo em última instância.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – (Recurso ao Judiciário)

Serão cobrados em processo os valores correspondentes às importâncias decorrentes de quaisquer sanções impostas a CONTRATADA, bem como os das perdas e danos e dos prejuízos sofridos pela Municipalidade em decorrência da má execução ou da inexecução do Contrato. Nesse caso a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, das custas judiciais e dos honorários de advogados, fixados desde logo em 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – (Foro)

A CONTRATADA obriga-se por si e por seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições do presente Contrato, e elege para foro do Contrato o do Município de Duque de Caxias, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – (Publicação)

O MUNICÍPIO obriga-se a promover a publicação em extrato do presente Contrato, no Boletim Oficial, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – (Fiscalização Financeira e Orçamentária)

O MUNICÍPIO providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro no prazo de 10 (dez) dias, contados de sua publicação, sendo mantidas pela Secretaria Municipal de Controle Interno, Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão e Procuradoria Geral do Município, cópias do Termo à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – (Das Assinaturas)

E, por assim estarem justas e contratadas as partes assinam este instrumento por seus representantes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas:

Guapimirim, ___ de _____ de ____.

Secretário Municipal

Representante Legal

Testemunhas:

1. _____

2. _____



ANEXO VII

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA
OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 24/2018.

.....
....., inscrita no CNPJ no, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF no
....., **DECLARA**, para fins do disposto no item V – Condições para Participação do Edital, sub item 4.4 sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

(.....) **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme Lei Complementar Federal nº 128, de 14/12/2006;

(.....) **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

(.....) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....
(data)

.....
(assinatura de sócio da firma)

OBS. Assinalar com um “X” a condição da empresa.

Este formulário deverá ser entregue ao Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio juntamente com os envelopes nº 1 e nº 2, porém fora dos envelopes, pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Federal Complementar nº 123/2006.

ANEXO VIII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIMIRIM, No dia ____ de _____ de _____, registram-se os preços da empresa _____, com sede na _____, INSCRITA NO Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o n.º _____, neste ato representada pelo seu _____, portador do documento de identidade n.º _____, órgão expedidor _____, CPF n.º _____, para **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, por meio do menor valor por item resultante do Pregão n.º 24/2018 para Sistema de Registro de Preços, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes as normas constantes na Lei 8666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e no Decreto nº 7892 de 23 de janeiro de 2013 e suas alterações posteriores e demais normas pertinentes. As especificações técnicas constantes no Processo n.º 12120/2017 assim como os termos da Proposta Comercial – Anexo I, integram esta ata de registro de preços, independente de transcrição.

Secretario Municipal de XXXX

Empresa:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	PREÇO UNT	PREÇO TOTAL

1 - DO PRAZO DO FORNECIMENTO:

O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura. A entrega deverá ocorrer em até 30 dias, após a emissão da ordem de fornecimento.

2- DO LOCAL DO FORNECIMENTO:

O local da entrega no Almoxarifado- Av. Dedo de Deus, 820-Centro-Guapimirim-RJ

3-FORMA DE PAGAMENTO:

Até 30 (trinta) dias após o fornecimento.

4- DOS CASOS OMISSOS:

Nos casos omissos, serão regulamentados pelo Decreto Municipal nº 803/2009, Decreto Federal Nº 7892/2013, e demais normas pertinentes sobre o assunto.

5-DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CONTRATANTE:

A CONTRATANTE deverá efetuar publicação resumida do instrumento e seus eventuais aditamentos na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua validade de eficácia;

A CONTRATANTE Após a homologação do resultado, deverá convocar o vencedor da licitação para a assinatura da Ata de Registro de Preço.

A CONTRATANTE deverá gerenciar Ata de Registro de Preço, através de fiscal designado por portaria específica, antes da assinatura da referida Ata de Registro de Preço.

A CONTRATADA deverá receber a nota fiscal do fornecedor e, após conferência e aceite, encaminhá-la para pagamento no prazo, conforme disposto neste Termo de Referência.

A CONTRATADA deverá comunicar oficialmente eventuais danos ocorridos nos materiais fornecidos pela CONTRATADA.

Cumprir as determinações da Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinentes.

6-DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

A CONTRATADA deverá fornecer o material objeto deste Termo de Referência no padrão e prazo exigido. Os materiais deverão ser entregues no quantitativo estipulado pela fiscalização do contrato e conforme especificação;

A CONTRATADA deverá pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para-fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre o produto vendido, bem como, eventual custo adicional de frete na entrega;

A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

A CONTRATADA deverá substituir sem custos adicionais para a CONTRATANTE todo o material que se revelar defeituoso ou em desacordo com o padrão exigido neste Termo de Referência, mesmo após seu recebimento definitivo, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do aviso escrito enviado por e-mail ou outro meio hábil;

A CONTRATADA deverá atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização da CONTRATANTE, inerentes ao objeto da contratação;

A CONTRATADA deverá manter durante a vigência da Ata de Registro de Preço, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação, sob pena de rescisão da Ata de Registro de Preço respectivo, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

A CONTRATADA deverá responder por quaisquer danos ocasionados à contratante e/ou terceiros em razão de sua ação ou omissão, bem como de quem, em seu nome, agir ou omitir-se;

Cumprir a Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente, e se responsabilizar pelos danos e encargos de qualquer espécie de correntes de ações ou omissões, culposas ou dolosas que praticar.

7 - FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento desta contratação caberá o Servidor xxxxxxxx matrícula xxxxxem casos duvidosos ou omissos, não previstos nesta **Ata de registro de preço**, nas especificações e em tudo o mais que de qualquer forma se relacione, direta ou indiretamente com o objeto em questão, aplicar-se-a as normas competentes.

8 – DA DIVULGAÇÃO:

A publicação desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para a sua eficácia, será providenciada até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.